



**ATA CSDP Nº 07, DE 28 DE ABRIL DE 2011. ATA DA 03ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO EGRÉGIO CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS – EXERCÍCIO 2011.**

Aos vinte e oito dias do mês de abril do ano de dois mil e onze, às 15:00 horas, no salão nobre da Defensoria Pública, reuniu-se o Egrégio Conselho Superior, registrando-se as presenças dos Excelentíssimos Senhores Conselheiros: Subdefensora Pública Geral, Ana Cláudia da Silva Alexandre, Corregedor Geral, Eduardo Vieira Carneiro, Gilmara Andrade dos Santos, Galeno Gomes Siqueira, Rodrigo Zamprogno, Marcelo Ribeiro Nicolliello e Ricardo Sales Cordeiro. A sessão também foi abrilhantada com a presença do Defensor Público Felipe Soledade, Presidente da Adep. Ausente justificadamente os Conselheiros Andréa Abritta e Evaldo Gonçalves. Conferido o *quorum* pela Presidente, instalou-se esta sessão ordinária com 07 (sete) membros.-----

Invertida a pauta, a Conselheira Ana Cláudia fez explicações sobre o PGA 2011/2012, dizendo que a data limite para a sua apresentação e aprovação não é aleatória, uma vez que o mesmo servirá de subsídio para a confecção da lei de diretrizes orçamentárias e da lei orçamentária. Alegou que a Defensoria Pública tem a obrigação de traçar este plano. Em seguida elogiou os membros da comissão encarregada de elaborar o PGA, dizendo que é um norte a ser seguido, é a busca de uma Defensoria transparente e que apresenta os rumos a serem seguidos, constituindo um grande avanço Institucional.-----

Registrou-se a presença dos membros da comissão encarregada de elaborar o PGA.-----

A revisão do PGA coube ao Conselheiro Eduardo Vieira Carneiro, Corregedor Geral da Defensoria Pública.-----

A seguir, a Conselheira Ana Cláudia fez a apresentação do texto do PGA 2011 a 2012, iniciando às 15:15 h. e terminando às 16:40 h.-----

Encerrada a apresentação, foi franqueada a palavra aos Conselheiros, com as seguintes manifestações: a Conselheira Gilmara parabenizou os membros da comissão encarregada da elaboração do PGA 2011/2012, bem como os membros da comissão anterior, incluindo o Conselheiro Marcelo, que segundo ela realizou um brilhante e incessante trabalho. Parabenizou a atual gestão pela apresentação do PGA dentro do prazo. Em seguida, falou da introdução que trata da meta da elaboração do plano de cargos e salários da área meio, indagando se o mesmo será elaborado dentro do anteprojeto de reformada da lei complementar nº 65/03. Acrescentou que observou que o VII concurso para ingresso na carreira de Defensor Público é um dos objetivos a serem alcançados, mas que não viu sobre concurso de pessoal administrativo, achando que deveria constar.-----

A Conselheira Ana Cláudia afirmou que são questões interligadas e que houve a preocupação da apresentação de metas factíveis. Falou da contratação de uma consultoria para a elaboração do plano de cargos e salários, com a participação



dos servidores, que discutem o que seria adequado inserir na minuta e que antes do seu encaminhamento será dada ampla publicidade para que todos saibam o que ela contém. Busca-se a criação de um modelo dentro da nossa realidade e que a meta é a apresentação da minuta.-----

A Conselheira Gilmara indagou se o aumento do número de estagiários remunerados de 130 para 180 contemplaria apenas Belo Horizonte ou o interior também.-----

A Conselheira Ana Cláudia informou que toda a Defensoria será contemplada e que as Coordenadorias locais farão os editais e os próprios concursos de estagiários e que 180 é o número já previsto no orçamento da Defensoria Pública.

A Conselheira Gilmara falou sobre os Assistentes Técnicos Jurídicos e também da necessidade de um suporte maior para os Conselheiros, da necessidade de assistentes para os Conselheiros.-----

A Conselheira Ana Cláudia disse que a questão só vai se efetivar a partir do momento da aprovação da lei e da abertura de concurso para tanto.-----

A Conselheira Gilmara falou sobre a proposta do regimento interno, indagando se consta proposta apresentada, tendo a Conselheira Ana Cláudia dito que se trata de proposta a ser apresentada. -----

A Conselheira Gilmara indagou se há previsão da apresentação do anteprojeto de reforma da lei complementar nº 65/03, dizendo que não se sente intranquã, pois sabe da dedicação de todos. -----

A Conselheira Ana Cláudia falou que o texto final encontra-se em fase final de elaboração, que os cronogramas estão cada vez mais difíceis, mas que a meta é de urgência. Alegou que quem acompanha de perto o trâmite é a Dra. Andréa.-----

A Conselheira Gilmara falou do projeto piloto do Núcleo de Atuação Extrajudicial em Belo Horizonte e da necessidade de tê-lo pelo menos nas regionais.-----

A Conselheira Ana Cláudia disse que a meta é esta mesmo, mas que é preciso um arsenal técnico para fazer frente às outras Instituições que estão trabalhando com mediação. Falou do curso de atuação extrajudicial para 45 pessoas e que tem uma fundação que está trazendo todo o suporte técnico para a Defensoria Pública e que a idéia é no futuro capacitar todos os Defensores.-----

O Conselheiro Rodrigo parabenizou os membros da comissão e sugeriu, na área de execução penal, a inclusão do projeto de baixo custo desenvolvido pela Defensora Míriam Almada, "Conte com a Defensoria Pública", consistente na resposta às cartas encaminhadas pelos detentos. Falou da necessidade de expandir a idéia para outras unidades prisionais.-----

Ficou decidido que haverá uma sessão para análise das sugestões apresentadas ao PGA, que serão encaminhadas diretamente ao revisor da matéria, Conselheiro Eduardo Vieira, para serem compiladas e, caso aprovadas, anexadas à proposta original. -----

O Conselheiro Galeno falou da necessidade de atuação dos Defensores Públicos na defesa dos presos em infrações disciplinares.-----



O Conselheiro Eduardo parabenizou os membros da Comissão e falou sobre o trabalho brilhante apresentado. -----

O Conselheiro Marcelo disse que o projeto de PGA está primoroso e que em relação ao projeto de 2010, notou que houve um efetivo aprimoramento no sentido de transformar o que era diretriz em meta física, o que era desejo de todos, inclusive do membro Ramon, o qual muito insistiu em tentar definir com mais precisão algumas diretrizes, mas não houve tempo hábil naquela ocasião. Falou que o documento consolidado é mais maduro e que parabenizava toda a comissão pelo trabalho realizado. Falou da preocupação em se criar uma cultura de planejamento de metas para o órgão de execução e da necessidade de se criar mecanismos para que todos os Defensores se debrucem sobre o PGA, para que haja o engajamento de todos. Falou da importância da manutenção das metodologias para os próximos, que, testadas, funcionaram muito bem, especialmente em relação à ampla participação que ocorreu no PGA 2010, elaborado sob sua coordenação. Falou que viu como salutar as audiências públicas por regionais e que conseguiram, com o pretexto de elaborar o planejamento, mobilizar as pessoas em torno da Instituição, tanto autoridades públicas (deputados federais e estaduais, prefeitos, vereadores, juízes, promotores, delegados e servidores públicos), quanto integrantes da sociedade civil organizada (líderes comunitários, associações de bairro e Ongs).-----

O Conselheiro Eduardo disse que a Ouvidoria pode ajudar nesta interlocução com a sociedade.-----

O Conselheiro Felipe falou do modelo de pré-conferências de São Paulo, sugerindo a montagem de uma comissão para saber como funcionam. Disse que envolver os Defensores tem suas limitações, em razão do acúmulo de serviços e que não se pode avaliar a atuação do Defensor apenas pelas atividades forenses. Este engajamento pode ser um complicador. Não dá pra exigir de quem está cheio de serviço um *plus*. Esta é uma questão que o Conselho terá que enfrentar. Não dá para atuar extrajudicialmente e continuar com as atribuições normais, prosseguiu.-----

O Conselheiro Eduardo mais uma vez colocou a Corregedoria à disposição de todos os Conselheiros. -----

O Conselheiro Marcelo disse que não acha que o problema seja muito serviço, mas a divisão dele. A sociedade pede uma atuação diferente da Defensoria Pública. Na medida do possível temos que mudar esta cultura. Não acha que no Direito de Família deve haver exclusão do papel multiplicador, de transformação social, dever de todos. Quanto ao item 78 do projeto, disse que vai de encontro às manifestações da sociedade, mas que não acredita muito no modelo itinerante, mas acredita no modelo “Casa da Cidadania”, porque lá dentro da comunidade todo mundo respeita o Defensor Público e que as pessoas pela presença física se sentem seguras. Falou da utilização dos novos 150 Defensores Públicos, cheios



de garra, para trabalho em projetos Institucionais, citando o trabalho desenvolvido pelo colega Rafael Boechat, na Comarca de Ipatinga. Disse que o plano mineiro clama para que os Defensores saiam dos gabinetes. Disse que o papel de monitoramento cabe à Corregedoria Geral, mas nada impede que os órgãos de execução, por suas respectivas coordenações, estabeleçam metas anuais. Citou exemplo do Núcleo do Consumidor, o qual estabeleceu metas para propositura de ACP.-----

A Conselheira Ana Cláudia fez suas considerações finais sobre o PGA e sobre as sugestões apresentadas pelos Conselheiros. Sobre o projeto “Casa da Cidadania”. Afirmou que a administração tem a questão como de altíssima relevância e que todas as colocações são relevantes. Todavia, disse que a atuação não pode ser direcionada, com privilégios, tem que trazer para dentro da administração. Falou da aproximação com as comunidades e que o executivo tem feito isto com os grupos de mediação e que as próprias comunidades valorizam muito este tipo de trabalho, mas que nós ainda não estamos aparelhados para fazer este papel. Disse que o trabalho de mediação é papel típico da Defensoria e que ainda hoje, dia 28.04.11, realizaria uma reunião com a comunidade do Morro do Papagaio. Falou que não há como pensar em administração que não coloque o seu planejamento exposto, porque isto dá credibilidade. Aproximação com a sociedade será um avanço muito grande e o PMDI é perfeito para a Defensoria Pública, o monitoramento é essencial e em 2012, as estatísticas deverão estar à mão, prosseguiu.-----

O Conselheiro Ricardo falou da pertinência dos temas abordados anteriormente, parabenizando a comissão encarregada da elaboração do PGA. Disse que o documento traz duas questões interessantes: as metas tornam a execução factível; se cumpridos 70 a 80 por cento será um avanço muito grande. Disse que temos condições de dar uma nova feição à Defensoria Pública. Falou que se deve pensar sim no órgão de execução ao lhe dar novas atribuições.-----

Mais uma vez ficar registrado que as sugestões ao PGA serão encaminhadas diretamente ao revisor da matéria, Conselheiro Eduardo Vieira, para debate em sessão oportuna, e, em caso de aprovação, ser anexada ao texto original.-----

Às 18:15 h., registra-se a saída do Conselheiro Marcelo Nicolliello-----

O Conselheiro Eduardo pediu que constasse em ata que o Conselheiro Marcelo retirou-se da sessão para dar aulas, em prejuízo de da sua função institucional, colocando os motivos privados em detrimento dos motivos institucionais. Solicitou que fosse enviada à Corregedoria Geral cópia da ata para a adoção das medidas cabíveis. Disse que se encontra febril, teve que desmarcar médico, mas que não deixou a sessão, ainda assim.-----

O Conselheiro Rodrigo pediu que se registrasse que na ocasião da retirada do Conselheiro Marcelo não havia mais platéia.-----

O item 2, da pauta, procedimento nº 035/2010, que trata da alteração do regulamento do estágio probatório, teve a seguinte solução: já apresentada a minuta de deliberação pelo relator, Conselheiro Eduardo Vieira, foi o mesmo com vista à Conselheira Ana Cláudia, cujas sugestões foram acolhidas por aquele.



Assim, o Conselheiro Galeno fez a leitura do voto de revisão, da lavra do Conselheiro Evaldo, ausente justificadamente.-----

Feita a leitura do voto de revisão, apurou-se que o Conselheiro Evaldo fez sugestões ao texto apresentado, especialmente no que diz respeito às seguintes questões: relativamente ao curso de aperfeiçoamento, fez a sugestão para inclusão de parágrafo com a seguinte redação: *“O curso de aperfeiçoamento, orientação e preparação terá a duração de 10 (dez) dias úteis, no qual serão ministradas palestras, cujos nomes e temas serão submetidos previamente à aprovação do Conselho Superior da Defensoria Pública de Minas Gerais, sem prejuízo da designação a que se refere o § 1º.*-----

O Conselheiro Evaldo fez também sugestão de nova redação ao artigo que trata da dispensa de membro da comissão de avaliação de estágio probatório, com a seguinte redação: *“os membros da comissão são passíveis de dispensa, a qualquer tempo, por requerimento do relator, por decisão de seu Presidente ou do Conselho Superior da Defensoria Pública”.*-----

O Conselheiro Evaldo também fez sugestões quanto à redação do art. 13, da proposta de deliberação, no tocante à formação do contraditório, em caso do não encaminhamento do relatório. As propostas por ele apresentadas têm as seguintes redações: *“Não sendo encaminhado o relatório no prazo previsto no caput deste artigo, o relator será intimado, no prazo de 05 (cinco) dias, a apresentar o relatório ou justificar o seu não encaminhamento”* e, prossegue: *“A não observância do disposto no caput e no § 1º, deste artigo, bem como o não acolhimento da justificativa apresentada, redundará na instauração de processo administrativo disciplinar para a apuração de eventual descumprimento do dever funcional em apreço”.*-----

Em razão dos questionamentos sobre a viabilidade da inserção da matéria que trata do curso de aperfeiçoamento, o Conselheiro Galeno fez a sugestão para acolhimento parcial das sugestões apresentadas pelo revisor, Conselheiro Evaldo, deixando este tema para ser enfrentado em procedimento específico, com maior detalhamento sobre o curso de formação. Assim, o objeto da votação será a inclusão ou não, no texto base, de todas as sugestões apresentadas pelo Conselheiro Evaldo ou o acolhimento parcial, na forma apresentada pelo Conselheiro Galeno, excluindo-se a sugestão contida no parágrafo segundo, ao art. 4º, por aquela apresentada.-----

Posta a matéria em votação, o resultado foi o seguinte: Conselheiro Eduardo Vieira, pelo acolhimento parcial, na forma apresentada pelo Conselheiro Galeno.-- Conselheira Gilmara, de acordo com o revisor, sem desmembramento, exatamente como apresentado.-----

Conselheiro Galeno, pelo acolhimento parcial, com desmembramento da matéria relativa ao curso de formação, da proposta do revisor, Conselheiro Evaldo.-----

Conselheiro Rodrigo, pelo acolhimento parcial, na forma apresentada pelo Conselheiro Galeno. -----

Conselheiro Ricardo, pelo acolhimento parcial, na forma apresentada pelo Conselheiro Galeno. -----

Resultado da votação: por 4 votos a 2, foi aprovada a minuta apresentada pelo relator, Conselheiro Eduardo Vieira, com o acolhimento parcial das sugestões



apresentadas pelo revisor, Conselheiro Evaldo, excetuada a inserção do § 2º, ao art. 4º, no tocante ao curso de formação.-----

Em seguida foram lidas e aprovadas as seguintes atas: ata da segunda parte da 02ª sessão extraordinária do dia 25 de março de 2011 e ata da segunda parte da 04ª sessão ordinária de 08 de abril de 2011.-----

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão às 19:00 horas, lavrando-se a presente ata, que segue assinada pelos senhores Conselheiros. Belo Horizonte, 28 de abril de 2011.-----

*Andréa Abritta Garzon Tonet*

*Ana Cláudia da Silva Alexandre*

*Eduardo Vieira Carneiro*

*Evaldo Gonçalves da Cunha*

*Gilmara Andrade dos Santos*

*Galeno Gomes Siqueira*

*Rodrigo Zamprogno*

*Marcelo Ribeiro Nicolliello*

*Ricardo Sales Cordeiro*

*Felipe Soledade*